

**EXTENSÃO POPULAR NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: AÇÕES COM VISTAS AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORAS
ARTESANAIS/MARISQUEIRAS**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-388>

Data de submissão: 29/10/2024

Data de publicação: 29/11/2024

Charles Monteiro

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

E-mail: charllesmonteiro1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2435-4201>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9386743694592047>

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

E-mail: chmsouza@uenf.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3774-0323>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5410403216989073>

Cristiana Barcelos da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG

E-mail: cristiana.silva@uemg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2196-467X>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5752635307645992>

Fabio Machado de Oliveira

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

E-mail: fabiomac@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1336-2994>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2688606582146646>

Márcio de Paula Filgueiras

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES

E-mail: marcio.filgueiras@ifes.edu.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3207118162917714>

RESUMO

Considerando o compromisso social do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) em contribuir para o desenvolvimento social das comunidades presentes em seu território este artigo tem por objetivo relatar a síntese de uma ação de extensão que teve por finalidade promover um diagnóstico da realidade social e o início de um processo de auto-organização coletiva das pescadoras artesanais/marisqueiras de Piúma-ES, na região litoral sul capixaba. As atividades extensionistas foram desenvolvidas com a participação de professores, pedagogo e alunos do Curso de Engenharia de Pesca do Ifes Campus Piúma e um grupo de 46 pescadoras artesanais/marisqueiras associadas à Colônia de Pesca Z-09, na localidade. O trabalho foi sustentado em duas âncoras epistemológicas congruentes, uma teórica e outra metodológica. A âncora teórica foi referenciada nas diretrizes institucionais do Ifes para as ações de extensão desenvolvidas na instituição, atreladas ao aporte

teórico da Extensão Popular que se estabelece no ato de comunicação, via interação dialógica, participativa e horizontal com grupos socialmente vulneráveis (MELO NETO, 2014). Já a âncora metodológica foi firmada nos procedimentos da pesquisa-ação para o desenvolvimento local, técnica de intervenção social circundante dos pesquisadores, em parceria com os atores envolvidos numa determinada realidade problemática (DIONNE, 2007). A análise de resultados foi realizada por meio da técnica hermenêutica-dialética compreendida como uma dinâmica de investigação e de trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados em programas sociais por meio da avaliação qualitativa das múltiplas dimensões da realidade estudada (MINAYO, 2016). Em síntese, a ação extensionista produziu um diagnóstico da realidade social das marisqueiras piumentenses e seus resultados evidenciaram a gênese de um processo de auto-organização coletiva como ponto de partida para futuras ações de extensão do Ifes Campus Piúma com vistas ao desenvolvimento social desta comunidade tradicional da pesca artesanal presente em seu território.

Palavras-chave: Extensão Popular. Comunidade de Pesca Artesanal. Marisqueiras. Pesquisa-ação. Desenvolvimento Local.

1 INTRODUÇÃO

Como instituição dedicada à educação profissional e tecnológica, o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) tem como objetivo principal formar e qualificar profissionais nos mais diversos segmentos e áreas do conhecimento. Além da oferta de ensino, a instituição realiza pesquisas e promove atividades de extensão em parceria com os setores produtivos e a sociedade. Sua ênfase está na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local e regional. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão implica que essas atividades, mesmo que realizadas em diferentes tempos e espaços, tenham um propósito central: cumprir a função social de democratizar o conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária (IFES, 2019a).

Em seu compromisso social com as comunidades em seu território, o Ifes propõe em seu projeto pedagógico institucional (PPI) exercitar o papel transformador da extensão na relação da instituição com setores da sociedade, no sentido da mudança social e da superação das desigualdades, por meio da relação autônoma e crítico-propositiva, capazes de gerar impacto social (IFES, 2019a).

Dentre os 23 *campi* do Ifes em funcionamento, o Campus Piúma, criado em 2010, está localizado na microrregião do Litoral Sul do Estado do Espírito Santo, na cidade de Piúma, a 96 km da capital do Estado. Com vocação no eixo de Recursos Naturais, o Campus Piúma tem efetiva atuação no setor pesqueiro por meio da oferta de cursos voltados para as áreas de pesca e aquicultura, dentre eles o Curso de Engenharia de Pesca, que forma profissionais capazes de identificar, equacionar e solucionar problemas na área de recursos pesqueiros numa perspectiva de promoção social e de desenvolvimento sustentável (IFES, 2019b).

Adjacente ao Ifes-Campus Piúma está localizada a Colônia de Pesca Z-09, fundada em 1965, que tem como associados cerca de 400 pescadores e pescadoras artesanais na localidade. A Colônia de Pesca presta assessoria na resolução de problemas burocráticos relacionados à aposentadoria e ao seguro defeso, dentre outras inúmeras atividades em parcerias com instituições públicas e privadas no atendimento dos interesses de seus associados (FILGUEIRAS *et al*, 2020).

Na região costeira de Piúma várias formas de captura de recursos pesqueiros são praticadas (ICMBio, 2011). Entre essas atividades, destaca-se a coleta do mexilhão *Perna-perna* (Linnaeus, 1758), conhecido na região como sururu, uma iguaria apreciada tanto pelos moradores locais quanto pelos turistas que visitam a cidade. A catação do sururu na região é realizada principalmente por mulheres, dentre elas muitas iniciam essa ocupação na faixa etária entre 8 a 12 anos, acompanhando suas mães e parentes, e aprendem essa atividade da pesca artesanal que auxilia na subsistência familiar que, em alguns casos, é a principal fonte de renda do lar (FILGUEIRAS *et al*, 2020).

A catação do sururu é realizada com maior frequência nos costões rochosos das ilhas costeiras de Piúma, onde o acesso pode ser a pé ou de bicicleta na Ilha do Gambá (ligada ao continente por um istmo artificial); na Ilha do Meio, onde pode-se chegar andando quando a maré está seca, ou de caiaque, quando está cheia; e nas ilhas dos Cabritos e Itapetinga, às quais o acesso se dá apenas por meio de embarcações (FILGUEIRAS *et al*, 2020).

Há décadas esse grupo de mulheres desempenha um papel importante para a economia social local, porém é um trabalho invisibilizado dentro da cadeia produtiva do pescado tendo pouco reconhecimento e baixa valorização pecuniária do produto do seu labor, sobretudo devido à ausência de políticas públicas que fortaleçam a sua organização coletiva por melhores condições de trabalho e renda.

Embora o Campus Piúma se destaque como um dos *campi* do Ifes com grande volume de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos a cada ano, em consulta aos relatórios anuais emitidos pela Coordenadoria Geral de Ações de Extensão CGAEX foi verificado que, entre 2014 e 2022 (período com relatórios disponíveis), consta apenas um único registro de cadastro de ação de extensão tendo como público-alvo exclusivo a comunidade de pescadoras artesanais/marisqueiras, de modo que ainda há uma grande demanda de atendimento pontual a esse grupo social por parte da instituição (IFES, 2024).

Outrossim, foi divulgado um importante documento intitulado o “*Censo Socioeconômico das Comunidades de Pesca 2022 – Anchieta, Guarapari e Piúma*”, publicação em formato de revista que mostra os principais resultados censitários coletados a partir de entrevistas feitas com pescadores e marisqueiras artesanais e lideranças do setor pesqueiro na região. Os resultados deste Censo Socioeconômico apresentam informações relevantes da comunidade de pesca artesanal como: renda familiar, escolaridade, tempo de pesca, grau de dependência da atividade pesqueira; além dos tipos de pescaria, embarcação e pescado, entre outros. Contudo, um fato curioso chama nos resultados divulgados, a saber: em Piúma, 100% dos participantes da pesquisa foram de homens pescadores. Já em Anchieta, o percentual masculino chegou a 99%. Guarapari foi o local com maior percentual de mulheres pescadoras entrevistadas (18%), mesmo assim, abaixo de 1/5 do público total, o que demonstra uma tímida participação das mulheres pescadoras nas pesquisas censitárias (CENSO SOCIOECONÔMICO DAS COMUNIDADES DE PESCA, 2022, p. 11).

Em suas análises Silva Souza (2022), no artigo intitulado “A Participação das Mulheres na Atividade Pesqueira”, pondera sobre a relevância do trabalho feminino na cadeia produtiva da pesca afirmando que:

Logo, faz necessário ressaltar a importância da mulher na captura e comercialização dos pescados. Portanto, é preciso ponderar a presença e participação das mulheres como sujeito ativo na atividade pesqueira, ressaltando a sua importância nesse setor econômico. Sendo considerada uma atividade popularmente masculina e existindo uma predominância de homens na pesca, as mulheres ocupam boa parte da atividade pesqueira, sendo predominante no beneficiamento e comercialização dos pescados (SILVA SOUZA, 2022, p. 21)

Ainda longe do reconhecimento social e de sua importância, 85% das pescadoras artesanais/marisqueiras envolvidas no presente estudo afirmaram nunca ter participado de qualquer atividade de extensão no Ifes Campus Piúma. Isso indica que, embora a instituição desenvolva potentes atividades de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade pesqueira em geral, ainda há um vácuo e uma demanda reprimida de oferta de ações de extensão voltadas para os interesses e demandas desse grupo social em específico.

Nessa direção Silva Souza (2022) ainda aponta que diversos estudos têm destacado a importância das atividades pesqueiras realizadas por mulheres para a manutenção e reprodução da família e do grupo. No entanto, essas atividades ainda não são devidamente valorizadas, ficando dependentes das políticas públicas e dos direitos relacionados à pesca, devido à falta de reconhecimento das mulheres como trabalhadoras do setor.

Portanto, diante desse cenário social localidade, e considerando a missão institucional do Ifes Campus Piúma, o objetivo geral da ação de extensão realizada foi promover o início de um processo de auto-organização coletiva das pescadoras artesanais/marisqueiras de Piúma-ES com vistas ao desenvolvimento das demandas sociais latentes em sua realidade.

Para tanto, a proposta da ação de extensão desenvolvida foi estruturada em duas âncoras epistemológicas: uma de fundamento teórico e outra de procedimento metodológico. A âncora teórica foi construída por meio das diretrizes institucionais da extensão no Ifes, estabelecidas em seu Projeto Pedagógico Institucional (IFES, 2019a) e pelo referencial teórico da Extensão Popular (MELO NETO, 2014). Já a âncora metodológica foi fundamentada na técnica da Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local, organizada em quatro fases: i) identificação das situações iniciais, ii) projeção das ações (objetivos e planejamento); iii) realização das atividades previstas e iv) avaliação dos resultados obtidos (DIONNE, 2007), que serão detalhadas a seguir.

2 ÂNCORA TEÓRICA

2.1 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS DA EXTENSÃO NO IFES

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é o guia teórico e metodológico que estabelece a política educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Tal documento serve como referência para as práticas diárias de ensino, pesquisa e extensão uma vez que

delinea os elementos políticos, pedagógicos e filosóficos que embasam as ações educacionais desenvolvidas, visando fomentar as condições de humanidade e sociedade almejadas pela instituição (IFES, 2019a).

O PPI é um componente do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento amplo que define os princípios e diretrizes para a elaboração dos planos estratégicos e operacionais da instituição, tanto educacionais quanto de gestão, e reflete as principais concepções que orientam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O referencial que norteia as Diretrizes da Extensão no Ifes está pautado no conceito pactuado no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, que estabeleceu a seguinte definição:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 15).

Seguindo esse viés, as ações de extensão no Ifes devem contemplar propostas pedagógicas que atendam os interesses da sociedade visando a transformação de uma dada realidade problemática e promovendo a igualdade social por meio da interação dialógica com as comunidades presentes em sua área de atuação.

Desse modo, em seu planejamento e execução, as ações extensionistas no Ifes devem propor a troca de saberes, conhecimentos e experiências entre os atores envolvidos de ambas as partes, ou seja, servidores (docentes e técnicos administrativos) e alunos do Ifes e membros da comunidade local visando desenvolver ações que contribuam para solução das demandas que emergem da realidade dos sujeitos sociais.

Isto posto, para o desenvolvimento da Extensão no Ifes, o PPI estabelece um conjunto de diretrizes, dentre as quais destacamos três que estão diretamente relacionadas a este objeto de estudo:

- Exercitar o papel transformador da Extensão na relação do Ifes com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social e da superação das desigualdades, por meio da relação autônoma e crítico-propositiva com as políticas públicas em programas estruturantes

em rede, capazes de gerar impacto social;

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e revitalização da pesquisa e do ensino;
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico e o saber popular (IFES, 2019a)

Portanto, seguindo tais Diretrizes, o Curso de Engenharia de Pesca, ofertado pelo Ifes Campus Piúma, prevê em seu projeto pedagógico o desenvolvimento de ações de extensão que integrem a formação teórica e prática dos alunos articuladas com a resolução de problemas presentes na comunidade local. Assim, inserido em uma região litorânea com grande parte da economia voltada para atividades ligadas aos recursos pesqueiros, o desenvolvimento de ações de extensão no curso de Engenharia de Pesca representa um importante papel na transformação social das comunidades pesqueiras tradicionais presentes em seu território, bem como na formação de profissionais comprometidos socialmente com o desenvolvimento da região (IFES, 2019b).

2.2 EXTENSÃO POPULAR

Pesquisadores apontam que há basicamente duas concepções predominantes de práticas de extensão no âmbito das instituições de educação brasileiras: um modelo extensionista entendido como transmissão vertical e messiânica do conhecimento inserida no perfil autoritário da universidade e outro que considera a extensão como a comunicação de saberes, numa visão não assistencialista ou mercantilista, ou seja, uma teoria alicerçada na produção de conhecimentos em uma via de mão dupla por meio da troca de saberes acadêmicos e populares, numa perspectiva horizontal e com finalidade de promoção da justiça social junto aos grupos socialmente vulneráveis (GADOTTI, 2017).

A primeira concepção de extensão, mais voltada para os interesses de mercado, reforça o perfil elitista da educação superior aprofundando ainda mais as desigualdades sociais. Caracteriza-se pela ação assistencialista e unilateral, numa espécie de mão única que só vai da universidade para a sociedade, não considerando a possibilidade de inversão dessa direção. Logo, esse modelo não considera o que vem da sociedade para a universidade, ou seja, não há diálogo recíproco (BENINCÁ & CAMPOS, 2017).

Já a segunda perspectiva de extensão é enraizada na realidade, numa proposta em que a extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa de forma integrada em prol dos anseios da sociedade. Este conceito apresenta uma extensão universitária democrática, interdisciplinar e integrada com a realidade sociocultural da comunidade em que atua (BENINCÁ & CAMPOS, 2017).

Destarte, nas últimas décadas o campo da extensão universitária tem contribuído para um

amplo e diversificado movimento de experiências pautadas numa ação socialmente referenciada e politicamente orientada para a formação de cidadãos críticos, ou seja, uma extensão como forma de comunicação entre as pessoas a partir do trabalho social que articula a extensão, a pesquisa e o ensino visando a sua transformação em outra lógica possível (CRUZ, ARAÚJO e RODRIGUES, 2021).

Essa perspectiva de extensão, de abordagem *popular*, transpõe os muros institucionais adquirindo um trabalho social junto às organizações sociais, na perspectiva de exterioridade, por meio de ações educativas implementadas a partir da sua realidade objetiva, pautadas no diálogo e respeito ao outro, com metodologia que expõe as contradições do modo de produção dominante permitindo a leitura crítica de mundo aos trabalhadores, mesmo com pouca escolaridade ou baixa qualificação, elementos geradores de exclusão econômica nas camadas mais vulneráveis da sociedade (MELO NETO, 2014).

Tabela 1 – Campos Teóricos das concepções Popular

<p style="text-align: center;">CAMPOS TEÓRICOS DAS CONCEPÇÕES POPULAR</p> <p style="text-align: center;">1. ORIGEM</p> <p>Algo é popular quando tem origem no povo, nas maiorias.</p> <p>Alguns indicadores: vem da base; vem da experiência do povo; vem da tradição do povo; vem das classes desprivilegiadas; dirige-se às maiorias, ...</p> <p style="text-align: center;">2. METODOLOGIA</p> <p>Algo é popular quando traz consigo um procedimento que incentive a participação, ou seja, um meio de veiculação e promoção para a busca da cidadania.</p> <p>Alguns indicadores: direcionado ao povo humilde; ampliando canais de participação; exercitando participação ativa; possibilitando tomada de decisão; ouvindo e implementando decisões; promovendo novas formas de intervenção das massas; ...</p> <p style="text-align: center;">3. POSICIONAMENTO POLÍTICO E FILOSÓFICO</p> <p>Algo é popular se expressa um cristalino posicionamento político e filosófico diante do mundo, trazendo consigo uma dimensão propositivo-ativa voltada aos interesses das maiorias.</p> <p>Alguns indicadores: assumindo as lutas do povo; atendendo interesses da população; resgatando a visão de um mundo em mudanças; propondo melhoria de vida do povo; trazendo a perspectiva do povo; ...</p> <p style="text-align: center;">4. OUTROS ASPECTOS</p> <p>Surgem outras concepções trazendo as possibilidades de que ser popular passa pelo institucional. Pode ter origem no institucional, como sindicatos, associações ambientalistas, etc. Outros entendem que o ser popular é uma questão de consciência.</p> <p style="text-align: center;">Alguns Indicadores</p> <p>Algo que vem de associação (comunidades de Base, movimentos dos Sem-Terra, sindicato...); uma questão de consciência.</p>
--

Fonte: adaptado de Melo Neto (2014, p. 27)

Conforme o quadro acima, as ações educativas sob a abordagem da Extensão Popular podem desenvolver um trabalho social útil com intencionalidade democrática, promovendo a participação coletiva com vistas à conquista de direitos, compartilhamento de conhecimentos e culturas, promovendo uma nova perspectiva de racionalidade econômica para os grupos subalternos,

potencializando a emancipação comunitária para transformação da sua realidade (MELO NETO, 2014).

Desse modo, a Extensão Popular apresenta uma opção teórica e metodológica capaz de promover a organização coletiva de setores economicamente oprimidos da sociedade, no sentido de emancipação e autonomia na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, na perspectiva Popular:

Extensão é, assim, um trabalho social útil sobre a realidade, realizando-se como processo dialético de teoria e da prática dos envolvidos nesse trabalho, externando um produto que é o conhecimento novo, cuja produção e aplicabilidade possibilitam o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo. (MELO NETO, 2014, p. 94)

Nessa esteira, a Extensão Popular, referencial teórico desta experiência, caracteriza-se como trabalho social útil com intencionalidade de conectar ensino e pesquisa por meio das relações sociais entre a instituição de ensino e membros de determinada comunidade a partir da sua realidade objetiva, ou seja, um processo educativo com conteúdo pautado na realidade social cuja mudança se dá pela ação coletiva dos sujeitos envolvidos na situação problemática (MELO NETO, 2014).

Assim, *“ao tentar adentrar no conceito de Extensão Popular, podemos compreendê-la como uma busca por outra racionalidade — uma luta pela humanização, que é humanizadora e consciente da subjetividade individual e coletiva”* (CRUZ, 2011, p. 60).

Portanto, a Âncora Teórica da ação de extensão aqui relatada foi referenciada nos pressupostos da Extensão Popular e orientada pelas Diretrizes Institucionais da Extensão no Ifes. Construídas as bases teóricas, a ação de extensão foi planejada, executada e avaliada conforme será detalhado no próximo tópico que abordará o segundo fundamento epistemológico deste processo.

3 ÂNCORA METODOLÓGICA

3.1 PESQUISA-AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

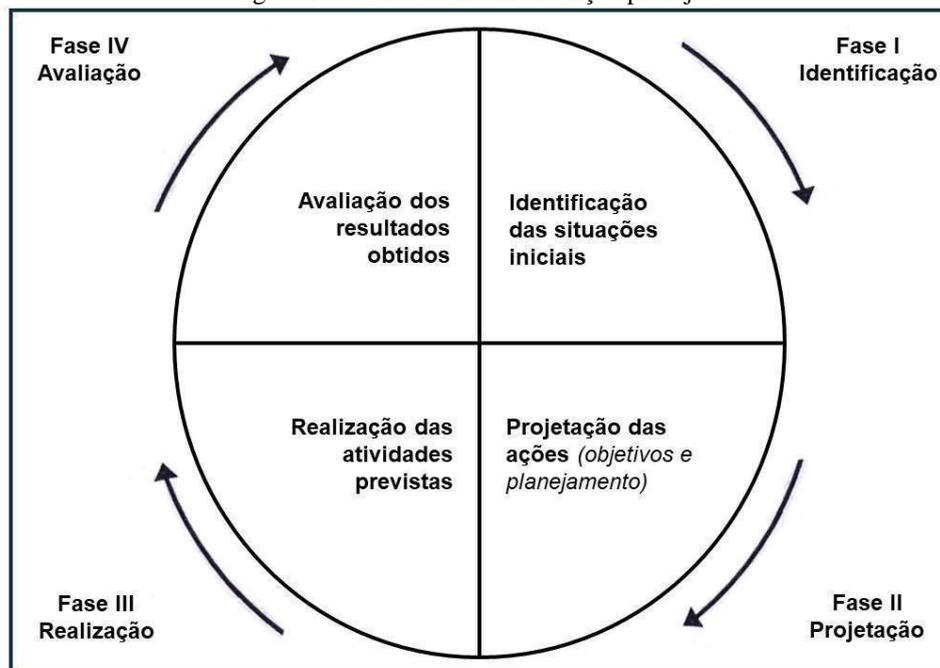
Levando em conta o contexto da ação de extensão, suas instituições e seus respectivos atores (Ifes Campus Piúma e Colônia de Pesca Z-09) foi adotada a técnica da pesquisa-ação como metodologia mais adequada para atingir os objetivos propostos no escopo do trabalho.

Segundo Dionne (2007), a pesquisa-ação é uma modalidade de intervenção coletiva inspirada na técnica de tomada de decisão, que envolve atores e pesquisadores em ações conjuntas com vistas à mudança de uma realidade inicial, avaliada e apreciada por meio de uma proposta compartilhada de objetivos de mudança e transformação.

Assim, na abordagem metodológica foram aplicadas as 4 fases integradas da pesquisa-ação

para o desenvolvimento local propostas por Dionne (2007), a saber: i) identificação das situações iniciais, ii) projeção das ações; iii) realização das atividades previstas e iv) avaliação dos resultados obtidos.

Figura 1 – Ciclo de uma intervenção planejada



Fonte: Dionne (2007, p. 83)

Este círculo metodológico proposto por Dionne (2007) é direcionado para a busca da eficácia das ações em termos de prática e de conhecimento. A operacionalidade se dá em movimentos cíclicos e sequenciais parecidos com sistemas de gestão convencionais, contudo não é desenvolvida de forma individual pelo pesquisador, mas de maneira compartilhada e coletiva com os demais participantes-atores do processo.

Embora os procedimentos operacionais lembrem a “roda de Deming”, ou roda do *Plan,-Do-Check-Act* (PDCA), muito difundida nos meios corporativos de gestão da qualidade, a perspectiva político-filosófica dessa proposta se baseia no ciclo de “ação-reflexão-ação”, muito utilizada por teorias progressistas pautada nos princípios práticos para mudança social em comunidades vulneráveis visando a conscientização e emancipação dos sujeitos envolvidos. As quatro fases propostas alinham e equilibram a dimensão conscientizadora com a eficácia da ação para o desenvolvimento de dado grupo social (DIONNE, 2007).

Em seus procedimentos, essa perspectiva metodológica enfatiza e destaca as condições de passagem de uma situação real, considerada como ponto de partida, à uma situação ideal considerada como ponto de chegada, sempre buscando a mudança de uma dada realidade problematizada

(DIONNE, 2007).

Portanto, apresenta-se abaixo uma síntese das quatro fases desenvolvidas ação de extensão apresentada neste estudo:

3.1.1 fase i – identificação das situações iniciais

A *priori* cabe esclarecer os critérios de elegibilidade do público participante da pesquisa. Conforme já mencionado, o Ifes Campus Piúma possui um perfil acadêmico de cursos voltados para o eixo tecnológico dos recursos naturais, na área de pesca e aquicultura, sendo o Curso de Engenharia de Pesca o único ofertado em todos os 23 *campi* do Ifes em funcionamento.

No município de Piúma há uma pujante comunidade pesqueira artesanal, sendo as marisqueiras a categoria mais vulnerável economicamente na cadeia produtiva do pescado local. Desse modo, considerando os princípios estabelecidos nas Diretrizes de Extensão do Ifes que prioriza a extensão universitária com públicos de maior demanda social, justifica-se a escolha desse público para o desenvolvimento da ação de extensão aqui relatada.

Assim, seguindo a primeira fase da metodologia proposta por Dionne (2007), isto é, a Identificação das Situações Iniciais, foram realizadas reuniões com a equipe gestora da Colônia de Pescadores Z-09 como primeiro contato e diálogos sobre a viabilidade de parceria institucional com o Ifes Campus Piúma para o desenvolvimento de ações educativas conjuntas com a comunidade de marisqueiras.

Após a anuência, formal e documentada, de ambas as instituições, a ação de extensão iniciou-se com reuniões coletivas para apresentação das equipes, das possibilidades e potencialidades da proposta pedagógica a ser desenvolvida. Após seleção interna realizada pela Colônia de Pesca Z-09, se inscreveram e participaram da ação de extensão um total de 46 marisqueiras, que devido a questões de ordem pessoal e familiar, tiveram frequências alternadas durante o cronograma de execução das atividades propostas. Por parte do Ifes Campus Piúma participaram o pedagogo (pesquisador) responsável pelo acompanhamento pedagógico do Curso de Engenharia de Pesca, três professores que lecionam disciplinas da matriz curricular do referido curso e três estudantes que atuaram como bolsistas voluntários nas atividades realizadas.

Para a identificação das situações iniciais, previstas nesta primeira fase da metodologia, foi utilizada a técnica de grupo focal. Segundo Minayo (2016) a abordagem em grupos focais aborda sujeitos cujas características identitárias são homogêneas, pertencentes a uma mesma comunidade, no entanto, nunca a homogeneidade é total devido a divergência de opiniões do grupo sobre determinados temas. Para a referida autora, é importante ao pesquisador problematizar os aspectos conversados uma

vez que,

Por propiciar visibilidade das interações grupais, não se busca neste tipo de abordagem uma fala única e consensual. O que se procura é exatamente a cartografia das opiniões, argumentos e pontos de vista, concordantes ou conflituosos, críticos ou resignados. O grupo permite, ainda, o aprofundamento das influências recíprocas entre os falantes, ou seja, a reflexividade das opiniões. Além do conteúdo do que se debate, a dinâmica de grupo focal permite inferir o tipo de relações que existem entre os participantes (MINAYO, 2016, p. 173,174).

Então, seguindo esse procedimento metodológico, no 1º encontro foram formados 5 grupos focais para um diálogo inicial e diagnóstico da realidade das marisqueiras a partir de um roteiro problematizador composto por 5 questões geradoras do debate, a saber: 1. Você se sente valorizada e reconhecida por seu trabalho de Marisqueira? 2. Os valores pagos pelo produto do seu trabalho são justos e dignos do esforço realizado? 3. De que maneira os problemas ambientais afetam o seu trabalho de Marisqueira? 4. Na sua opinião, as Marisqueiras são organizadas nas lutas por seus direitos? 5. Tem esperança de que essa realidade pode ser mudada?

Figura 2 – Fotos do 1º Encontro para identificação das situações iniciais da pesquisa



Fonte: Arquivo do autor (2022)

A partir do corpus das falas e depoimentos coletados, foi realizada a interpretação dos dados pela técnica de análise hermenêutica dialética que “é entendida como a mais profícua para produzir uma avaliação ao mesmo tempo compreensiva e crítica” (MINAYO 2016, p. 90). Segundo a referida autora “o sentido da práxis metodológica desloca o investigador da postura de investigador externo, que apreende, para a de pesquisador que se posiciona junto, no meio, na intersubjetividade e parte da história (MINAYO 2008, p.103).

Dessa forma, os dados produzidos foram ordenados constituindo um conjunto, um *corpus* de dados a serem tecnicamente trabalhado por meio das seguintes etapas: (a) transcrição dos áudios; (b) releitura do material; (c) organização dos relatos em determinada ordem; (d) organização dos dados de observação, constituindo o material empírico do processo hermenêutico das descobertas de campo (MINAYO, 2016).

Após tais procedimentos, foi gerado um quadro formado pelos núcleos de sentidos das falas/depoimentos e sugestões de possíveis encaminhamentos a serem compartilhados e debatidos democraticamente com a comunidade de marisqueiras.

Quadro 1 – Síntese diagnóstica inicial da realidade das marisqueiras

Núcleos de sentido	Interpretação dos dados	Sugestões de possíveis encaminhamentos
Coletividade e auto-organização	Os relatos expressam a ausência de uma auto-organização coletiva do grupo de marisqueiras, que apesar das boas relações interpessoais, ainda carecem de maior integração sistematizada com vistas à luta por seus direitos e melhorias nas condições de trabalho.	- Realização de ação de extensão participativa como ponto de partida para o processo de organização coletiva das marisqueiras da Colônia de Pesca Z-09 em Piúma-ES
Valorização e reconhecimento social e cultural	Há um sentimento de falta de reconhecimento social e cultural pelo trabalho árduo realizado há várias gerações de marisqueiras. Embora a atividade de coleta do sururu esteja impregnada de memórias afetivas enraizadas nas genealogias das famílias, a sua prática como força cultural é sufocada pela necessidade comercial de venda dos “pratos” de sururu, de porta em porta, com retorno financeiro baixo e muito aquém dos riscos no labor de sua coleta.	- Articulação com o Poder Público Municipal (Prefeitura e Câmara de Vereadores) com vistas à valorização e reconhecimento social e cultural do trabalho de marisqueira perante a sociedade, tendo como ponto de partida a aplicação da Lei nº 1338, de 20 de dezembro DE 2007 que “ <i>institui o Dia da Marisqueira e dá outras providências</i> ”
Segurança, Saúde e Meio Ambiente	O trabalho de coleta do sururu é considerado de risco devido ser realizado nos costões rochosos e sob a influência das ondas do mar com potencial risco de quedas ou afogamentos. A falta de equipamentos básicos de segurança coloca em risco a vida das marisqueiras que se valem da companhia de outras colegas, filhos ou parentes para acompanharem o trabalho cuja realização individual é extremamente arriscada (risco de queda, cortes nas conchas, afogamento e outros eventuais acidentes de alto potencial de gravidade). Outro problema é o descarte dos resíduos (casca do sururu) que poderá ser aproveitado como adubo orgânico em função do alto teor de carbonato de cálcio (CaCO ₃).	- Orientação técnica sobre as condições de trabalho e segurança no mar com vistas à preservação da saúde e da vida e prevenção de acidentes durante a coleta de mariscos (sururu) nos costões rochosos e ilhas costeiras de Piúma. Aquisição de equipamentos de proteção individual para o trabalho das marisqueiras (luvas, sapatilhas, óculos, bonés, protetor solar, etc.). - Elaboração de um projeto ambiental sobre o descarte dos resíduos orgânicos do processamento do sururu.

<p>Acesso da comunidade ao Ifes Campus Piúma (interação dialógica)</p>	<p>Foi constatado um certo distanciamento entre a comunidade de marisqueiras o Ifes Campus Piúma. Em mais de uma década de existência da instituição na comunidade, 30% das marisqueiras informaram nunca terem adentrado seus portões, outros 30% entraram apenas uma única vez, 35% informaram que entraram até 3 vezes e apenas 5% informaram que adentraram mais de 5 vezes no espaço físico da instituição. Como o auditório do Campus é muito utilizado por reuniões e formaturas de outras instituições e órgãos do município, apenas em situações eventuais a comunidade tem acesso ao Campus. Até a realização desta pesquisa constava nos relatórios anuais de extensão do Ifes (2014 a 2022) apenas um (1) cadastro de ação/evento/projeto de extensão específico e exclusivo com as marisqueiras visando o atendimento de suas demandas sociais.</p>	<p>Oferta de projeto de extensão com fomento financeiro para desenvolvimento das atividades e concessão de bolsas de apoio inserindo a comunidade de marisqueiras no planejamento das práticas extensionistas do Curso de Engenharia de Pesca do Ifes Campus Piúma, incluindo a Curricularização da Extensão.</p>
<p>Economia social e solidária</p>	<p>Percebe-se a ausência de práticas cooperativistas tanto no trabalho de coleta do sururu, quanto da venda dos produtos. Devido a limitada equipe administrativa da Colônia de Pesca Z-09, não há ações de educação não formal contínuas para formação e capacitação das marisqueiras com vistas ao desenvolvimento cooperativo e de economia solidária.</p>	<p>Formação em autogestão e economia solidária para a implementação de cooperativa das marisqueiras de Piúma-ES.</p>
<p>Perspectivas de futuro</p>	<p>Apesar das extremas dificuldades e desafios quase intransponíveis no contexto do seu trabalho, a necessidade fala mais alto e as marisqueiras não desistem de trabalhar pois suas famílias dependem, em grande parte, dessa fonte de renda para sustento do lar. Percebe-se uma motivação intrínseca e satisfação em participar de ações educativas no Ifes pois, antes da presente ação, muitas se sentiam alheias a essa possibilidade, sendo a presente participação a primeira vez de acesso à instituição, algo que era impossível no imaginário de algumas marisqueiras.</p>	<p>Desenvolvimento de novas pesquisas para aprofundamento de investigação da realidade com novas propostas de avanço do desenvolvimento local das marisqueiras de Piúma-ES.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Complementando a produção de dados qualitativos iniciais, também foi distribuído um formulário individual para coleta de informações de caráter censitário, cujos resultados evidenciam um sucinto diagnóstico acerca dos aspectos sociais, econômicos e educacionais das marisqueiras, revelando um perfil geral da comunidade por amostragem.

Tabela 1 – Perfil socioeconômico das marisqueiras envolvidas na ação:

Faixa Etária (idade)	18-30	31-40	41-50	51-60	61-70	
Ocorrências	10%	20%	45%	15%	10%	
Estado Civil	Casada		Solteira		Divorciada	
Ocorrências	60%		30%		10%	
Quant. Filhos	Nenhum	1	2	3	4	5
Ocorrências	10%	20%	40%	15 %	10%	15%
Escolaridade	Fundamental I		Fundamental II		Ensino Médio	
Ocorrências	35%		30%		35%	
Ocupação do companheiro	Pescador	Gari/Ajudante	Motorista	Peixeiro	Aposentado	
Ocorrências	40%	15%	15%	15%	15%	
Tempo de Marisqueira (anos)	1 a 5	6 a 10	10 a 15	20 a 30	30 a 40	
Ocorrências	15%	5%	55%	15%	10%	
Coleta de marisco (sururu) como a maior fonte de renda?				Sim	Não	
Ocorrências				75%	25%	
Outra ocupação remunerada além da cata do sururu	Limpadora de pescado	Babá/ Ajudante	Venda de peixe	Artesanato de concha	Faxineira	Sem outro trabalho remunerado
Ocorrências	15%	10%	5%	5%	5 %	60%
Já participou de algum curso no Ifes Campus Piúma ?				Sim	Não	
Ocorrências				15%	85%	
Já participou de algum curso na Colônia de Pesca ?				Sim	Não	
Ocorrências				20%	80%	

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os dados quantitativos produzidos pelo público participante foram analisados na perspectiva de uma amostragem da comunidade de pescadoras artesanais/marisqueiras piumentes, cujos resultados revelam uma população predominantemente madura, com idade de 31 a 50 anos (65%), casadas (60%), tendo entre 1 e 3 filhos (75%), com escolaridade majoritária de ensino fundamental (65%), cujos companheiros exercem profissões de baixa remuneração como pescador, gari, peixeiro, ajudante e outras de renda similares (100%).

A ampla maioria das marisqueiras (70%) são experientes e atuam na atividade de coleta do sururu há um período de tempo entre 10 e 30 anos, sendo essa atividade a maior fonte de renda para 75% das mulheres envolvidas na ação de extensão.

Dessa forma, a participação feminina na pesca artesanal local se apresenta como uma alternativa de subsistência, trabalho e renda para muitas famílias. Porém, a desvalorização e a falta de reconhecimento do trabalho feminino na pesca artesanal impedem que as mulheres sejam vistas como agentes ativos neste setor, apesar de serem tão importantes quanto os homens no processo de geração de renda e subsistência do grupo social (SILVA SOUZA, 2022).

Como ocupação secundária, 40% atuam em serviços básicos e gerais como: limpadora de peixe e camarão, babá, ajudante, vendedora de peixe, faxineira, artesanato de conchas. Entretanto, quando

perguntado sobre outra ocupação remunerada além da cata do sururu, a maior parte das marisqueiras (60%) respondeu que não exerce nenhum outro trabalho remunerado, provavelmente devido à baixa oferta de oportunidade de trabalho formal voltado ao perfil de escolarização de ensino fundamental I e II, que é predominante nesse grupo social (65%).

Reiterando um dado relevante já mencionado, 85% das marisqueiras envolvidas na ação relataram nunca ter participado de um curso ou atividade de extensão no Ifes Campus Piúma, e 80% nunca participou de evento dessa natureza na Colônia de Pesca Z-09, o que evidencia uma grande lacuna de ações educativas voltadas para essa comunidade em específico.

Portanto, voltando ao quadro diagnóstico da realidade inicial (Quadro 1) a interpretação dos dados produzidos apontaram como a necessidade prioritária de abordagem da variável Coletividade com as marisqueiras de Piúma, haja vista ser este o ponto de partida para o desencadeamento das demais demandas apresentadas pelo grupo, ou seja, o processo de auto-organização coletiva como uma condição *sine qua non* (sem a qual não) para sustentação de qualquer projeto de desenvolvimento local da referida comunidade.

3.1.2 fase ii – projeção das ações

Dando sequência às etapas da pesquisa-ação para o desenvolvimento local, propostas por Dionne (2007), foi iniciada a 2ª fase, denominada Projeção das Ações, com a finalidade de definir os objetivos e planejamento da ação de extensão pretendida.

Assim, à luz do referencial teórico da Extensão Popular, partiu-se do pressuposto que a Coletividade é a base para o efetivo desenvolvimento de um determinado grupo social, sendo essa a variável indicadora a ser trabalhada na ação de extensão pretendida.

Como encaminhamento para o início de um diálogo e reflexão sobre os problemas apresentados na realidade, foi elaborada, em diálogo com as lideranças da Colônia de Pesca Z-09, uma proposta de ação de extensão com o objetivo de iniciar um processo de promoção da Coletividade do grupo de pescadoras artesanais/marisqueiras tendo estratégia pedagógica a realização de encontros educativos como instrumento de integração coletiva das participantes.

Dessa forma foi projetada a ação de extensão denominada “*Café com as Marisqueiras: diálogos sobre educação, trabalho e coletividade com as mulheres do mar*”. O título da ação se refere ao horário dos encontros que ocorreram na parte da tarde, em que, após as atividades era oferecido um café com acompanhamentos (bolo, biscoito, pães, queijo, presunto, leite, sucos, etc.). Esse horário vespertino foi estratégico pois, na parte da manhã as marisqueiras geralmente estavam ocupadas com as atividades domésticas, sendo o período da tarde o único horário do dia mais viável para a realização

dos encontros educativos. Outro fator relevante para a adesão do grupo foi que a ação de extensão foi realizada no período de defeso do sururu no Espírito Santo (01 de setembro a 31 de dezembro), durante o qual a cata e comercialização do molusco não pode ser realizada para que o mexilhão se reproduza.

Figura 3 – Convite “Café com as Marisqueiras” divulgado no grupo de WhatsApp



Fonte: arquivo do autor (2022)

Realizado o planejamento, a ação de extensão teve o objetivo geral de promover o início de um processo de auto-organização coletiva das pescadoras artesanais/marisqueiras de Piúma-ES com vistas ao atendimento de suas demandas sociais. Os objetivos específicos foram: a) realizar diagnóstico da realidade social da comunidade das marisqueiras; b) executar atividades de extensão relacionadas às questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, antropológicas e econômicas do trabalho das marisqueiras por meio do diálogo e troca de saberes acadêmicos e populares; c) encaminhar ao poder público municipal as demandas prioritárias apresentadas no diagnóstico da realidade vivenciada pela comunidade de marisqueiras.

Seguindo os ritos institucionais do Ifes, a ação de extensão foi cadastrada e aprovada junto à Coordenadoria Geral de Ações de Extensão por meio de abertura de processo para fins de certificação dos participantes no SRC - Sistema de Registro e Emissão de Certificados do Ifes.

3.1.3 fase iii – realização das atividades previstas

Dando sequência às duas fases anteriores (identificação das situações iniciais e projeção das

ações) a intervenção foi efetivada por meio da realização da ação de extensão “*Café com as Marisqueiras*” que consistiu num total de seis encontros conforme programação abaixo:

Quadro 2 – Programação do Ação de Extensão “Café com as Marisqueiras”

Encontro	Tema	Disciplinas do Curso de Engenharia de Pesca vinculadas ao tema	Espaço educativo do encontro
1º Encontro	Levantamento diagnóstico do perfil social, econômico, ambiental e cultural das marisqueiras de Piúma*	Extensão Pesqueira**	Colônia de Pescadores Z-09
2º Encontro	Diálogos entre saberes científicos e naturalísticos: biologia dos moluscos (sururu)	Zoologia Aquática; Fisiocologia de animais aquáticos	Ifes Campus Piúma
3º Encontro	Princípios básicos do cooperativismo na perspectiva da economia solidária	Economia Pesqueira; Administração Pesqueira	Ifes Campus Piúma
4º Encontro	Cultura, ambiente, tempo, espaço e identidade social das marisqueiras	Antropologia Aplicada	Ifes Campus Piúma
5º Encontro	Desafios, potencialidades e no trabalho das Marisqueiras de Piúma	Extensão Pesqueira	Ifes Campus Piúma
6º Encontro	Encaminhamentos das demandas apresentadas pela Comissão eleita pelas Marisqueiras	Extensão Pesqueira	Colônia de Pescadores Z-09

Os encontros foram realizados no período de 22/09 a 27/10/2022

* O primeiro encontro fez parte da Fase I – Identificação das situações por meio do qual foi feito um diagnóstico social das demandas das marisqueiras apresentados na descrição da respectiva fase.

** As práticas pedagógicas da disciplina foram conduzidas pelo Pedagogo/Pesquisador. Os temas das demais disciplinas foram desenvolvidos pelos próprios Professores vinculados ao Curso de Engenharia de Pesca.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

As atividades foram realizadas em espaços educativos alternados, inicialmente na Colônia de Pesca para não haver estranhamento pois é o local onde as marisqueiras já estavam habituadas a frequentar. Depois os encontros foram realizados no Campus Piúma, local em que algumas participantes relataram que tinham receio de adentrar pois achavam que “*tinha que pagar para estudar pois achavam que o Ifes era uma faculdade particular*”.

O sentimento demonstrado na fala acima, demonstra o quanto a comunidade ainda se sente isolada da instituição e que o simples fato de estar naquele espaço era considerado algo improvável em suas vidas. Isso demonstra o quanto uma ação de extensão proporciona uma aproximação do Ifes com a sociedade e, nesse caso, abrindo portas, visíveis e invisíveis, e possibilitando a democratização do acesso à educação e cidadania às classes sociais vulneráveis economicamente.

Figura 4 – Fotos dos encontros da ação de Extensão “Café com as Marisqueiras



Fonte: arquivo do autor (2022)

No último encontro, uma Comissão eleita pelas demais marisqueiras, produziu um ofício, redigido e assinado pelo Presidente da Colônia de Pesca Z-09, que foi protocolado na Prefeitura Municipal de Piúma, contendo as demandas coletivas levantadas pelo grupo durante o desenvolvimento da ação de extensão, solicitando: 1) Embarcação com capacidade de 5 passageiros e transporte de 500 kg de carga; 2) EPIs (blusa com proteção UV, sapatilha aquática, colete salva-vidas, chapéu, luva, protetor solar); 3) Ferramentas/utensílios: cavadeira, carrinho de mão, bicicleta, saco, latas (para cozer o sururu); 4) Liberação para acesso de veículo à Ilha do Gambá (para transporte do sururu) e 5) Concessão de box no mercado municipal e espaço na câmara de congelamento.

3.1.4 fase iv – avaliação dos resultados obtidos

Cumpridas as três fases anteriores: 1) identificação das situações iniciais, 2) projeção das ações (objetivos e planejamento) e 3) realização das atividades previstas, a última fase do processo metodológico foi a avaliação dos resultados obtidos na ação de extensão.

Conforme já reiterado, o escopo central do trabalho realizado foi o início do desenvolvimento da Coletividade das marisqueiras, ação considerada como ponto de partida para um processo mais amplo de auto-organização do grupo social visando a superação dos problemas enfrentados no cotidiano da comunidade por meio da busca por seus direitos e melhores condições de trabalho e renda.

Seguindo o mesmo procedimento das etapas anteriores, a avaliação de resultados foi realizada por meio da técnica hermenêutica-dialética compreendida como uma dinâmica de investigação e de trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados em programas sociais por meio da avaliação qualitativa das múltiplas dimensões da realidade estudada (MINAYO, 2016).

Para avaliação da ação de extensão foi aplicado um questionário com uma pergunta aberta e um formulário com questões fechadas, abrangendo o antes e o depois da ação de extensão, buscando identificar a avaliação das atividades, na visão das marisqueiras, quanto ao principal objetivo da ação, ou seja, promover o início de um processo de organização coletiva das pescadoras artesanais/marisqueiras de Piúma-ES com vistas ao atendimento de suas demandas sociais.

Quadro 3 – Síntese das respostas abertas do questionário de avaliação

O curso de extensão contribuiu para uma maior integração entre as marisqueiras? Como era antes e como está agora?
<p>“Sim. Antes havia um certo distanciamento entre as marisqueiras, durante os encontros nos conhecemos melhor e houve uma aproximação” (M12)</p> <p>“Sim. Hoje temos mais união, mais organizado” (M20)</p> <p>“Bem, antes eu tinha um bom diálogo com algumas marisqueiras, mas com esses encontros nós nos unimos mais porque com outros pensamentos iremos mais adiante e com esses conhecimentos todos, se alguém olhar por nós facilitaria bastante” (M3)</p> <p>“Ficamos mais unidas e é sempre bom ter esses encontros, espero que sempre façam essas reuniões para nossa união sempre se fortalecer para quando precisar ou surgir algum encontro estaremos unidas para realizar” (M17)</p> <p>“Antes nós não sabíamos o quanto o produto que temos é valioso e agora vamos a fundo em nosso progresso para o sucesso”. (M6)</p> <p>“Os encontros têm ajudado pois estamos interagindo umas com as outras, conhecendo pensamentos diferentes” (M16)</p> <p>“As atividades ajudam a interagir mais umas com as outras, tiramos algumas dúvidas que temos e ficamos por dentro dos assuntos como o da Cooperativa, etc. Aprendemos muitas coisas que a gente ainda não sabia”. (M4)</p> <p>“Através dos conhecimentos adquiridos nas aulas que tem proporcionado a união entre as marisqueiras” (M13)</p> <p>“Nos encontros nós nos conhecemos melhor e discutimos assuntos em comum”. (M7)</p> <p>Obs.: a sigla ao final da frase significa a identificação ordenada dos depoimentos coletados, exemplo: M20 – Marisqueira 20, refere-se ao número de ordem de resposta do questionário aplicado. As respostas foram anônimas para não gerar nenhum desconforto ou constrangimento às participantes.</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

A interpretação das ideias e sentidos expostos nos depoimentos acima convergem para uma categoria central, predominante e concatenada numa lógica unificadora, ou seja, o princípio da Coletividade como pressuposto elementar da auto-organização e consciência política de grupo das marisqueiras.

A Coletividade, variável teórica referenciada pela Extensão Popular, representa o ponto de partida e ponto de chegada da prática extensionista, num movimento circular, que vai do empírico para o teórico e vice-versa, entre o concreto e abstrato (MINAYO, 2016). Nesse sentido,

(...) podemos descobrir outros aprendizados trazidos pela Extensão Popular, como por exemplo o cultivo da construção coletiva e do trabalho em grupo. Não se faz Extensão Popular sozinho, ou seja, o trabalho precisa ser feito por todos. Por isso mesmo, deve ser administrado e cuidado por todos. Todas as pessoas que compõem um grupo, nesse trabalho social, precisam ser corresponsáveis ativas do processo, não apenas em sua idealização, tampouco na

concretização. Em Extensão Popular, é preciso horizontalizar as relações. Isso exige que as avaliações sejam feitas com todos, em roda, no mesmo espaço onde todos tomam as decisões. (CRUZ, 2011, p.54)

Portanto, a ação de extensão propiciou nas marisqueiras, além dos novos conhecimentos adquiridos, um momento de encontro, de trocas de experiências, do compartilhamento de saberes, do agrupamento coletivo e da percepção do potencial político do grupo social. Os conteúdos debatidos nos encontros serviram como um catalisador da Coletividade, isto é, como uma amálgama que gerou uma fusão entre pessoas distintas que formam um todo com um objetivo em comum.

Nesse sentido, os resultados da ação de extensão evidenciam o potencial pedagógico da Extensão Popular para o início de um processo de auto-organização coletiva e emancipação cidadã da comunidade de pescadoras artesanais/marisqueiras piumenses.

No formulário com questões fechadas, foram avaliados os impactos da ação de extensão no que se refere à conscientização e empoderamento quanto ao agir em grupos coletivos com vistas à emancipação e a importância do Ifes na aproximação com a comunidade presente em seu território.

Tabela 2 – Síntese das respostas fechadas do questionário de avaliação

1) Impressão do seu trabalho após a participação no curso de extensão?	(%)*
a) Mantenho a mesma percepção. Continuo com as mesmas impressões de antes (não somos importantes, nosso trabalho não é reconhecido, somos desorganizadas e nossos direitos sempre serão negados pois não vale a pena lutar).	0
b) Para mim, foi indiferente. Tanto fez, tanto faz. Nada mudou em nada o meu pensamento sobre a situação do meu trabalho de marisqueira.	0
c) Antes eu achava que não tinha importância, agora vejo o quanto o meu trabalho contribui para a sociedade (cuidado com o meio ambiente, geração de renda, somos parte importante da cadeia produtiva do pescado, sentimento de que juntas podemos mais).	100
2) Sobre a minha autoestima e empoderamento após o curso de extensão:	(%)*
a) Não, piorou. Me sinto incapaz e sem importância no meu trabalho	0
b) Para mim, está do mesmo jeito de antes, nem piorou, nem melhorou.	0
c) Sim, melhorou. Sou capaz e meu trabalho é importante.	100
3) Sobre a consciência dos problemas e as possibilidades de solução:	(%)*
a) Antes não tinha consciência dos problemas e não sabia como buscar a solução.	0
b) Nada alterou no meu pensamento quanto aos problemas e soluções, para mim está bom do jeito que está.	0
c) Agora tenho consciência dos problemas e como buscar a solução.	100
4) Você acha que essas ações com as marisqueiras deveriam se repetir?	(%)*

a) Não devem se repetir	0
b) De vez em quando	14,3
c) Sim, com mais frequência	85,7
5) Como você se sente em relação ao Ifes após o curso?	(%)*
a) Não sinto desejo de participar de cursos e eventos no Ifes	0
b) Tanto faz, para mim o Ifes não tem nada a me oferecer	0
c) Tenho vontade de participar de outros cursos e eventos no Ifes	100

(%)* percentual de respostas dadas às opções das questões formuladas

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Tanto os depoimentos do questionário aberto (Quadro 3, p. 23), quanto os dados do formulário fechado (Tabela 2, p. 25) evidenciam o alcance incipiente de um processo de desenvolvimento da Coletividade das marisqueiras, que foi o indicador e alvo principal da ação de extensão desenvolvida.

Em síntese, os resultados da ação de extensão, expressos na avaliação das marisqueiras participantes evidenciam por unanimidade o cumprimento das Diretrizes da Extensão no Ifes Campus Piúma uma vez que, por meio de práticas com esse fundamento teórico e metodológico, a instituição a exercita o seu papel transformador da Extensão na relação com outros setores da sociedade, no sentido da mudança social e da superação das desigualdades, através da relação autônoma e crítico-propositiva capazes de gerar impacto social (IFES, 2019a).

Também pode se inferir que os resultados da ação apresentaram um diagnóstico objetivo da realidade e evidenciaram o início de um processo de auto-organização coletiva do grupo de pescadoras/artesanais marisqueiras piumentenses. Tal processo terá sua evolução através de ações educativas propostas pela Colônia de Pesca Z-09 em parceria com o Ifes Campus Piúma, ou vice-versa, de modo a sedimentar a dialogicidade entre ambas instituições num processo cíclico de desenvolvimento da comunidade local.

4 CONSIDERAÇÕES

Por meio desta experiência pode se constatar o potencial pedagógico da Extensão Popular e do método da Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local como ancoradouros de práticas extensionistas que visem a Coletividade de grupos sociais vulneráveis, produzindo impacto social, emancipação e cidadania dos participantes-atores envolvidos nas práticas extensionistas.

Inferese que esta ação de extensão contribuiu para o início do processo de desenvolvimento da Coletividade das pescadoras artesanais/marisqueiras e constituiu um novo vínculo entre o Campus Piúma e Colônia de Pesca Z-09, por meio de uma experiência que possibilitou a troca de saberes

acadêmicos e populares em consonância com as Diretrizes Institucionais da Extensão, contribuindo assim para a mudança social e superação das desigualdades das comunidades tradicionais presentes em seu território.

A âncora teórica da Extensão Popular deu firmeza às práticas pedagógicas que se respaldaram na participação colaborativa das pescadoras artesanais/marisqueiras e refletiram a consciência de como agir em um grupo coletivo na busca por melhores condições de trabalho e renda para toda comunidade.

Sendo a Coletividade a premissa para auto-organização das comunidades pesqueiras tradicionais e populares, essa experiência demonstrou como as ações de extensão podem contribuir para esse processo, além de promover a construção de novos conhecimentos que possam integrar os currículos dos cursos superiores, numa via de mão dupla entre a instituição acadêmica e a comunidade em seu entorno.

A âncora metodológica, pautada na Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local garantiu que toda ação fosse planejada e executada tendo como parâmetro a realidade e as demandas apresentadas pelas pescadoras artesanais/marisqueiras, ratificando o comprometimento social do pesquisador e demais participantes do Ifes Campus Piúma com a comunidade local, sem imposição acadêmica, mas através de um diálogo horizontal de respeito, igualdade, compartilhamento e trocas de saberes científicos e populares.

Comparando o antes com o depois da ação de extensão, pode-se constatar mudanças no pensar das pescadoras artesanais/marisqueiras que passou a ser mais coletivo e menos individualista no sentido de que somente pela auto-organização o grupo poderá ter avanços na busca por igualdade de direitos e valorização socioeconômica do seu trabalho.

Portanto, esta experiência foi apenas um ponto de partida que poderá servir como um diagnóstico preliminar para proposição de futuros projetos de extensão que consolidem a construção de uma ponte de fluxo ininterrupto de ações educativas entre o Ifes Campus Piúma e o coletivo de pescadoras artesanais/marisqueiras locais, cumprindo assim o seu relevante papel social em contribuir para a transformação da realidade das comunidades tradicionais presentes em seu território.

REFERÊNCIAS

BENINCÁ, Dirceu; CAMPOS, Fernando Silva. Extensão popular: Uma proposta transformadora para a educação superior. *Dialogia, [S. l.]*, n. 27, p. 145–156, 2017. DOI: 10.5585/dialogia.N27.7247. Disponível em: < <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/7247> > Acesso em: 9 abr. 2023.

CENSO SOCIOECONÔMICO DAS COMUNIDADES DE PESCA 2022 – Anchieta, Guarapari e Piúma. Disponível em: < https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2023/07/Censo-da-Pesca-2023_rev14-7_compressed-1.pdf > acesso em 01 mai 2024.

CRUZ, P.J.S.C. Extensão Popular: a reinvenção da universidade. In: VASCONCELOS, E. M. e CRUZ, P.J.S.C. (Ed.). Educação Popular na formação universitária. João Pessoa: HUCITEC/Editora Universitária UFPB, v.1, 2011. p.40-61.

CRUZ, P. J. S. C., ARAÚJO, R. S., MÉLO, C. T., & RODRIGUES, A. F. S. (2021). EXTENSÃO POPULAR: BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS. *Reflexão E Ação*, 29(2), 69-85. <https://doi.org/10.17058/rea.v29i2.16028>. Acesso em: 9 abr. 2023.

DIONNE, Hugues. A pesquisa-ação para o desenvolvimento local. Brasília: Liber Livro, 2007.

FILGUEIRAS, Márcio de Paula; OLIVEIRA, Luciana do Nascimento; OLIVEIRA, Fabio (org.). Estruturas tradicionais e racionalidades econômicas: investigando as condições sociais da soberania alimentar nos municípios de Montanha e Piúma, ES. Vila Velha, ES: GETAP, 2020.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: < https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf >. Acesso em: 25 dez. 2023.

IFES - INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2024). Vitória: IFES, 2019a. Disponível em: < https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_48_2019_-_PDI_-_Anexo.pdf > Acesso em: 25 ago. 2022.

_____. INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. PPC Engenharia de Pesca, 2019b. Disponível em: < https://piuma.ifes.edu.br/images/stories/PPC_ENGENHARIA_REVISADO.pdf > Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Coordenadoria Geral de Ações de Extensão - Relatório de Gestão. 2024. Disponível em: < <https://proex.ifes.edu.br/cgaex?start=6> > Acesso em 01 jun. 2024

ICMBio. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, 2011. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bol_bra.pdf Acesso em: 15 mai. 2023

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Manaus: 2012. Disponível em: < <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf> >. Acesso em: 23 mar. 2024.

MELO NETO, J. F. Extensão popular. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Caminhos do Pensamento: epistemologia e método.* 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. <https://doi.org/10.7476/9788575414118>

_____; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. 5. Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016, 244 p.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Manaus: 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SILVA SOUSA, E. (2022). A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA. *Mares: Revista De Geografia E Etnociências*, 4(1), 19-26. Disponível em: <<https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/119>> Acesso em 10 abr. 2024